



26/03/2018



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade  
Secretaria Executiva do Meio Ambiente – SEMAM

Ofício nº 058/2018/SDUS.SEMAM

Angra dos Reis, 22 de março de 2018.

Assunto: Encaminha justificativas relativas a análise do EIA-RIMA do Empreendimento do Pré-Sal – Etapa 3

Ref: Processo IBAMA nº 02001.007928/2014-44.

Prezado Sr Diretor de Licenciamento – DILIC

Cumprimentando-o, vimos mui respeitosamente encaminhar justificativas sobre o nosso posicionamento na audiência pública sobre o licenciamento ambiental dos Empreendimentos do Pré-Sal – Etapa 3, ocorrida no dia 13/03/2018, nas dependências do Iate Clube Aquidabã, em Angra dos Reis.

Em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que concordamos em parte com a explanação do Dr. Ricardo M. Simonsen, Coordenador Geral da Empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente, que elaborou o EIA-RIMA e que afirmou que o Município de Angra dos Reis faz parte da área de Influência Direta do Empreendimento, devido a influência das rotas de navegação das embarcações relacionadas as atividades da Pesca municipal.

Acreditamos que outras influências negativas deveriam ter sido também consideradas como justificativas para a introdução do Município de Angra dos Reis quanto a Área de Influência Direta do empreendimento, uma vez que há fortes possibilidades de ocorrências de possíveis derramamentos de óleo, uma vez que sabemos da grande incidência dos ventos do quadrante sul na região, que quando incidem na região sudeste do país, podem adentrar a Baía da Ilha Grande empurrando a massa d'água litorânea em sentido ao fundo da baía, trazendo toda uma gama de poluição presente nas águas litorâneas do país, devido a grande presença de inúmeras cidades de diversos tamanhos localizadas nas regiões litorâneas dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, que não possuem saneamento básico adequado e inevitavelmente lançam suas águas contaminadas por poluentes e lixo flutuante no Oceano Atlântico, o que resulta na aglomeração de partículas sólidas e lixo devido a evaporação de elementos voláteis do petróleo e aderência destas partículas e lixo, em torno de uma grande mancha de resíduos sólidos e óleo, transportada pelas vagas oceânicas em sentido ao litoral. Isto inclusive poderá afetar o equilíbrio ambiental



das unidades de conservação localizadas na Baía da Ilha Grande e da ESEC Tamoios (Estação Ecológica de Tamoios), unidade de conservação da natureza de proteção integral, formada por 29 ilhas, ilhotes, lajes e rochedos, localizada no interior da baía, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty, cujos objetivos da preservação são a realização de pesquisas e monitoramento dos ambientes marinhos e das ilhas da Baía da Ilha Grande.

Caso ocorra um vazamento de óleo e este adentre as águas da baía, certamente causará um grande impacto, não somente socioeconômico, mas também biótico, em decorrência de uma situação real de influência sobre a cadeia trófica marinha das águas da Baía da Ilha Grande, que devido ao seu sistema de correntes e marés, certamente acarretará grandes consequências negativas sobre a avifauna marinha, a pesca regional, as formas bentônicas ocorrentes na Baía da Ilha Grande, nos cetáceos que visitam a baía com grande frequência etc.

A Baía da Ilha Grande possui grande importância socioeconômica municipal, representando importante via para o desenvolvimento do turismo náutico, que no ano de 2014 chegou a possuir uma frota marítima de cerca de 14 mil embarcações registradas na Delegacia da Capitania dos Portos de Angra dos Reis. A aquicultura também é de relevante importância. Hoje Angra dos Reis ocupa um dos primeiros lugares na exportação de Vieiras no Estado do Rio de Janeiro, assim como o município é um dos principais produtores de Bijupirá. Em caso de vazamento, toda a produção da aquicultura poderá ser muito afetada, o que representará grande perda econômica.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro coloca a Baía da Ilha Grande, como área de preservação permanente devido a sua característica de estuário, quando estes ambientes são naturalmente protegidos como áreas de relevante importância ecológica.

Além disto, a influência das atividades socioeconômicas representadas pelo crescimento econômico regional poderá influenciar negativamente no fluxo de pessoas e turistas à cidade de Angra dos Reis, já que o município responde como um dos maiores pólos de atratividade de população e mão de obra, decorrentes da presença das obras da Eletronuclear (Usinas Nucleares – Angra 2 e 3), da presença do Estaleiro Brasfels, e, também em função do traçado da BR-101, um dos maiores vetores de integração nacional existentes na região sudeste do país.

Como se não bastassem essas questões, não vimos no EIA-RIMA, nenhuma preocupação real da Petrobrás com o Município de Angra dos Reis que pudesse gerar uma compensação financeira, devido à grande possibilidade dos impactos virem ocorrer e causar danos irreversíveis ao município e nem os projetos já desenvolvidos pela




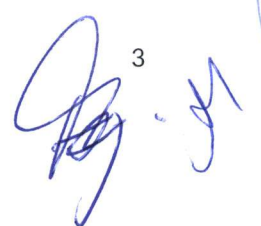


Petrobrás na região, atendem economicamente ou financeiramente ao município, caso tenhamos que intervir para mitigar impactos ambientais ou mesmo para atenuar as consequências negativas de um crescimento populacional desordenado nas áreas municipais, fruto de um processo migratório muito comum no país, decorrente do crescimento econômico regional sem planejamento, fato que observamos com frequência nas grandes cidades brasileiras que abrigam investimentos federais, e principalmente como foi o caso que ocorreu em Angra dos Reis, com a construção da BR-101 e a chegada do Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto, que propiciou ao longo de vários anos, a atração de mão de obra e a formação de bairros irregulares na cidade sem qualquer infraestrutura sanitária, social, de transportes e ambiental, apoiada por programas do governo federal que pudessem resultar numa melhoria da qualidade de vida.

Assim, pedimos que o IBAMA – DILIC seja o nosso interlocutor e que junto com o Município de Angra dos Reis, pense no financiamento de projetos que possam trazer benfeitorias ao município, como contrapartida a mitigação dos impactos decorrentes do crescimento econômico acelerado que certamente acontecerá. Assim, pedimos que o IBAMA – DILIC seja o nosso interlocutor e que junto com o Município de Angra dos Reis, pense no financiamento de projetos que possam trazer benfeitorias ao município, como contrapartida a mitigação dos impactos decorrentes do crescimento econômico acelerado que certamente acontecerá.

Considerando que o Dr. Ricardo M. Simonsen, Coordenador Geral da Empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente, que elaborou o EIA-RIMA e que afirmou que o Município de Angra dos Reis faz parte da área de Influência Direta do Empreendimento Sugerimos como contrapartidas imediatas:

- 1) Retomada do projeto de ampliação do TEBIG com a construção do terceiro berço visando a atender o aumento de demanda do pré-sal, evitando assim o acúmulo de petroleiros a espera de uma vaga para movimentar o óleo;
- 2) Que a Petrobras avalie e desista em investir e consequentemente construir plataformas fora do país destinando suas encomendas nos estaleiros nacionais, entre eles o BrasFels de Angra dos Reis, mantendo a obrigatoriedade do conteúdo local em 50%;
- 3) Investimento da Petrobras em saneamento básico para as áreas restantes de Angra dos Reis;

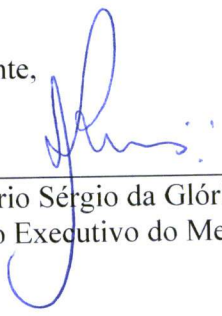
  
  
3



4) Construção de um entreposto pesqueiro para desembarque e beneficiamento de pescado da frota de barcos industriais, evidenciando-se, uma das maiores do país.

5) Repovoamento de peixes na Baía da Ilha Grande, incluindo os serviços incentivos a aquicultura, de forma contribuir ao manejo destinados as fazendas marinhas de peixes e moluscos, como vieiras, consolidando Angra dos Reis como maior produtor do Brasil de vieiras.

Cordialmente,



---

Mário Sérgio da Glória Reis

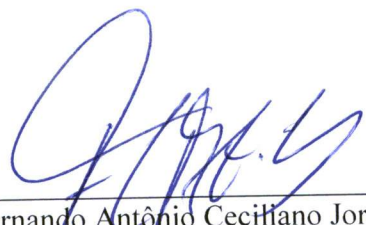
Secretário Executivo do Meio Ambiente



---

João Carlos Rabello

Secretário de Desenvolvimento Econômico



---

Fernando Antônio Ceciliano Jordão

Prefeito

Ao

Ilmo. Sr. Responsável

Diretoria de Licenciamento – DILIC

Coordenação Geral de Empreendimentos Marítimos e Costeiros – CGMAC

Praça XV de Novembro, nº 42, 12º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.010-010

